

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2015



Relatório Consolidado



## ÍNDICE

Nota Prévia .....	2
1. Principais destaques .....	2
2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação .....	3
3. Síntese da Atividade Consolidada do Ano .....	6
3.1. Análise do Balanço Consolidado .....	6
3.2. Indicadores do Balanço Consolidado .....	7
3.3. Análise da Demonstração de Resultados Consolidada .....	8
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	13
Introdução .....	13
1. Informações relativas às entidades do perímetro de consolidação e a outras entidades participadas.....	15
2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.....	23
3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação .....	25
4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....	26
5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros .....	28
6. Informações relativas a compromissos.....	28
7. Informações relativas a políticas contabilísticas .....	30
8. Informações relativas a determinadas rubricas.....	35
9. Informações diversas .....	44
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	49
ANEXOS .....	55



## **Nota Prévia**

Em cumprimento do disposto no artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foi elaborado o presente Relatório de Contas Consolidadas, relativas ao ano de 2015, o qual é submetido para aprovação em momento diferente da apresentação das contas individuais, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da referida Lei.

As contas consolidadas do grupo autárquico cumprem ainda a Orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que estabelece um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que de, acordo com o seu artigo 3º, são de aplicação obrigatória, bem como as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

### **1. Principais destaques**

O perímetro de consolidação do Município do Porto é constituído pelas empresas municipais, Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM, CMPH - DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM e CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM e pela Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, em liquidação, todas entidades controladas pelo Município a 100%.

O processo de liquidação da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto iniciou-se a 1 de janeiro de 2015, tendo-se estimado a sua conclusão a 31 de dezembro de 2015. No entanto, devido a constrangimentos, nomeadamente no âmbito da transferência do património para o Município do Porto, o prazo para a conclusão da liquidação foi prorrogado até 30 de junho de 2016.

Ressalva-se ainda que, de acordo com as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011, a APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA, o Mercado Abastecedor do Porto, SA, a Adeporto – Agência de Energia do Porto, a Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA, a Associação Porto Digital, o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Porto D’Ouro, o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Porto Novo, em liquidação, e o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Invesurb, são entidades incluídas no perímetro de consolidação, através do método de equivalência patrimonial, uma vez que o Município do Porto detém nelas influência significativa, ou seja, uma participação financeira superior a 20% e inferior a 50%.

## **2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação**

### **2.1. Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM**

A Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM, abreviadamente designada por GOP, EM, constituída em 2000, tem por objeto o exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município do Porto e para outras entidades, públicas ou privadas.

As intervenções realizadas por esta empresa distribuem-se pela construção e reabilitação de edifícios escolares, equipamentos públicos e vias de comunicação e pela reabilitação e requalificação de bairros municipais e outros espaços urbanos.

### **2.2. CMPH - DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM**

A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por DomusSocial, EM, constituída em 2000, tem a responsabilidade de gestão do parque habitacional do Município, bem como assegurar a manutenção de equipamentos e infraestruturas, do domínio público ou privado, cuja gestão esteja atribuída ao Município do Porto.

No âmbito da gestão do parque habitacional tem, entre outros, como objetivos, promover a organização e execução dos processos de aquisição, atribuição e venda de fogos, bem como assegurar a sua correta ocupação, o tratamento de todo o processo administrativo de cobrança das rendas e a elaboração de propostas de atualização de taxas e rendas.

### **2.3. CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM**

A CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por Águas do Porto, EM, criada em 2006, a partir dos extintos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto, tem como missão assegurar, de forma contínua, os serviços de abastecimento público de água e de saneamento em toda a cidade do Porto.

No âmbito da sua atividade está o fornecimento de água de qualidade em todos os locais de consumo, a redução de perdas de água, a ligação de todos os prédios à rede de saneamento, o tratamento de todos os esgotos e a despoluição das ribeiras, para além da promoção da bandeira azul nas praias.

### **2.4. A CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM**

A CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por Porto Lazer, EM, foi constituída em 2006 com o objetivo de fomentar, apoiar

e promover atividades lúdicas e recreativas, físicas e desportivas, bem como a animação cultural, de uma forma regular e contínua.

Para além destes objetivos, colabora na criação de condições necessárias ao incremento de hábitos de participação ativa da população na prática destas atividades.

## **2.5. Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, em liquidação**

A Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, em liquidação, abreviadamente designada por Fundação Porto Social, com competências delegadas pela Câmara Municipal do Porto para intervenção em matéria de ação social, procura melhorar o tecido social da cidade com o objetivo de criar condições que permitam a participação dos cidadãos com menos recursos na cultura e lazer, bem como na dinâmica da cidade.

## **2.6. APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA**

A APOR – Agência para a Modernização do Porto foi constituída em 1997 com o objetivo de desenvolver ações de modernização da Base Económica da Cidade do Porto. O Município do Porto detém uma participação de capital nesta entidade de 34,6%.

## **2.7. Mercado Abastecedor do Porto, SA**

O Mercado Abastecedor do Porto foi constituído em 1988, como polo logístico de apoio à distribuição e comércio por grosso de produtos agroalimentares e flores, tendo o Município do Porto uma participação no capital desta entidade de 25,5%.

## **2.8. Adeporto – Agência de Energia do Porto**

A Adeporto – Agência de Energia do Porto criada em 2007, com o objetivo de contribuir para a utilização racional da energia, a eficiência energética, a gestão ambiental no interface com a energia e o melhor aproveitamento dos recursos energéticos, é detida pelo Município do Porto em 34,3% do seu capital.

## **2.9. Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA**

A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA, abreviadamente designada por Porto Vivo, foi constituída em 2004 com a missão de conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense, é detida pelo Município do Porto em 40% do seu capital.

### **2.10. Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

O Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, foi criado em 2009, detendo o Município do Porto uma participação no capital desta entidade de 50%.

### **2.11. Fundo Porto Novo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, em liquidação**

O Fundo Porto Novo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, em liquidação, administrado, gerido e representado pelo Banif Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, foi constituído em 2009, detendo o Município do Porto uma participação de 20,9% do seu capital.

O Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo, face à deliberação de novembro de 2015, encontra-se em liquidação. No entanto, este facto não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que seu valor de mercado decorre da valorização das unidades de participação a 31 de dezembro de 2015, cabendo ao Município receber o montante da sua liquidação no prazo de doze meses.

### **2.12. Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

Tendo em vista a reabilitação e adaptação dos imóveis que integram o Bairro do Aleixo foi constituído, em 2009, o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, administrado pela Gesfimo – Espírito Santo Irmãos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, sendo o Município do Porto detentor de uma participação de 21,9% no seu capital.

Em 2015, o Fundo de Investimento Imobiliário – Invesurb, contou com a entrada da sociedade Mota Engil como novo acionista.

### **2.13. Associação Porto Digital**

A Associação Porto Digital foi constituída em 2004 com o objetivo de promover a criação de uma comunidade digital, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade de Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos. O Município do Porto é detentor, nesta entidade, de uma quota de 33,3%.



### 3. Síntese da Atividade Consolidada do Ano

#### 3.1. Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico adequam-se às instruções publicadas pelo SATAPOCAL, em 16 de maio de 2011, espelhando a situação patrimonial do Grupo Município do Porto a 31 de dezembro de 2015.

##### Q. 1 – Balanço consolidado

Descrição	2015		2014		Variação 14-15	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	Valor €	%
Imobilizado	1.356.401.828	85,9%	1.367.200.950	88,7%	-10.799.122	-0,8%
Existências	1.400.204	0,1%	1.630.926	0,1%	-230.722	-14,1%
Dívidas de terceiros - curto prazo	51.335.886	3,3%	20.226.144	1,3%	31.109.742	153,8%
Disponibilidades	68.822.291	4,4%	65.394.353	4,2%	3.427.938	5,2%
Acréscimos e diferimentos	101.372.830	6,4%	86.654.418	5,6%	14.718.412	17,0%
<b>Ativo Líquido</b>	<b>1.579.333.039</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.541.106.791</b>	<b>100,0%</b>	<b>38.226.248</b>	<b>2,5%</b>
Património	968.403.050	81,2%	923.445.043	81,0%	44.958.007	4,9%
Ajustamentos em partes de capital	336.781	0,0%	336.781	0,0%	0	0,0%
Reservas	87.099.099	7,3%	86.422.405	7,6%	676.694	0,8%
Subsídios	101.456	0,0%	101.456	0,0%	0	0,0%
Doações	10.339.542	0,9%	10.243.369	0,9%	96.173	0,9%
Regularizações	60.918.541	5,1%	61.398.495	5,4%	-479.954	-0,8%
Resultados	65.840.341	5,5%	58.704.807	5,1%	7.135.534	12,2%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>1.193.038.810</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.140.652.356</b>	<b>100,0%</b>	<b>52.386.454</b>	<b>4,6%</b>
Provisões para riscos e encargos	47.032.585	12,2%	46.057.992	11,5%	974.593	2,1%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	76.101.955	19,7%	82.052.323	20,5%	-5.950.368	-7,3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	30.547.644	7,9%	41.351.690	10,3%	-10.804.046	-26,1%
Acréscimos e diferimentos	232.612.045	60,2%	230.992.430	57,7%	1.619.615	0,7%
<b>Passivo</b>	<b>386.294.229</b>	<b>100,0%</b>	<b>400.454.435</b>	<b>100,0%</b>	<b>-14.160.206</b>	<b>-3,5%</b>

O Balanço Consolidado, relativo ao exercício de 2015, apresenta uma variação positiva, face ao ano anterior, e quando comparado com o Balanço do Município do Porto permite aferir o forte peso do Município enquanto entidade-mãe, com uma representatividade superior a 90% e, como tal, responsável pelas variações ocorridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Neste contexto, realça-se o aumento do ativo líquido de 2,5%, próximo da variação de 2,1% do Município, pelo efeito de idênticas variações nas componentes das dívidas de terceiros de curto prazo, das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos, conjugadas com a diminuição do imobilizado e das existências, conforme já descrito na análise ao balanço do Município do Porto.

O aumento de 4,6% nos fundos próprios reflete a variação ocorrida no Município (3,4%), resultando, essencialmente, do reconhecimento patrimonial do valor dos imóveis associados ao memorando de entendimento entre o Estado Português e o Município do Porto.

Da mesma forma, a variação negativa do passivo consolidado, de 3,5%, encontra-se em coerência com a diminuição verificada no passivo do Município do Porto (2,4%). Para esta redução contribuiu a diminuição das dívidas a terceiros de médio e longo prazo do Município e das dívidas a terceiros de curto prazo, essencialmente, da empresa Águas do Porto, EM, e do Município do Porto.

### 3.2. Indicadores do Balanço Consolidado

#### Q. 2 – Indicadores do balanço consolidado

Indicadores	2015 Consolidado	2014 Consolidado
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo total	85,9%	88,7%
Ativo circulante / Ativo total	14,1%	11,3%
Ativo fixo / Ativo circulante	608,4%	786,2%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Recursos permanentes / Passivo	388,8%	363,0%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	61,9%	59,1%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	38,1%	40,9%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	61,5%	69,2%
<b>Análise do Ativo Fixo</b>		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1782,3%	1666,3%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	133,9%	41,8%
<b>Análise do Passivo exigível</b>		
<b>- Coeficiente de endividamento</b>		
Passivo exigível / Fundos próprios	10,3%	12,2%
<b>- Coeficiente de endividamento a curto prazo</b>		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	3,9%	5,0%
<b>- Coeficiente de endividamento a longo prazo</b>		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	6,4%	7,2%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	7,8%	8,4%
<b>Grau de autonomia</b>		
Fundos próprios/Ativo	75,5%	74,0%
<b>Índice de Liquidez Imediata</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	1,5	1,2
<b>Índice de Solvência</b>		
Ativo/ Passivo exigível	12,9	11,1

Todos os indicadores do balanço consolidado apresentam variações semelhantes às do balanço individual do Município do Porto e no mesmo sentido.

Destaca-se a estrutura do passivo, comparativamente com o ano de 2014, com uma diminuição do passivo exigível, em resultado da redução do passivo de curto e de médio e

longo prazo, o que continua a evidenciar a independência financeira do grupo e a capacidade de responder aos seus compromissos.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do grupo Município do Porto. Apesar do aumento dos fundos próprios, o coeficiente de endividamento de longo prazo regista uma redução relativamente ao ano transato em resultado da diminuição das dívidas de médio e longo prazo.

Ao nível do conjunto das empresas objeto de consolidação é evidente a capacidade de financiamento do ativo através de capitais próprios, sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida pelo grau de autonomia.

O índice de solvência que apresenta um aumento de 1,8 relativamente ao ano de 2014, demonstrando a capacidade do grupo Município do Porto em solver os seus compromissos.

### 3.3. Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Q. 3 – Demonstração consolidada dos resultados por natureza

Designação	2015		2014		Variação 14-15	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
<b>Custos e perdas</b>						
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	10.726.360	4,9%	10.516.231	4,7%	210.129	2,0%
Fornecimento e serviços externos	63.780.188	29,2%	59.695.586	26,9%	4.084.602	6,8%
Pessoal	73.515.374	33,7%	73.244.395	33,0%	270.979	0,4%
Transferências e subsídios correntes concedidos	7.184.071	3,3%	6.171.176	2,8%	1.012.895	16,4%
Amortizações do exercício	46.242.860	21,2%	49.524.888	22,3%	-3.282.028	-6,6%
Provisões do exercício	7.189.712	3,3%	5.038.855	2,3%	2.150.857	42,7%
Outros custos perdas operacionais	426.088	0,2%	642.815	0,3%	-216.727	-33,7%
Custos e perdas financeiras	2.979.679	1,4%	4.843.581	2,2%	-1.863.902	-38,5%
Outros custos	6.225.930	2,9%	12.372.289	5,6%	-6.146.359	-49,7%
<b>Total</b>	<b>218.270.262</b>	<b>100,0%</b>	<b>222.049.816</b>	<b>100,0%</b>	<b>-3.779.554</b>	<b>-1,7%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
Vendas e prestações de serviços	63.957.350	26,8%	61.773.433	26,7%	2.183.917	3,5%
Impostos e taxas	105.893.946	44,3%	95.890.490	41,4%	10.003.456	10,4%
Variação da produção	-69.237	0,0%	-96.375	0,0%	27.138	28,2%
Trabalho para a própria entidade	85.403	0,0%	62.997	0,0%	22.406	35,6%
Transferências e subsídios correntes	30.477.740	12,8%	31.564.597	13,6%	-1.086.857	-3,4%
Proveitos financeiros	7.411.521	3,1%	8.051.076	3,5%	-639.555	-7,9%
Outros	31.242.232	13,1%	34.337.417	14,8%	-3.095.185	-9,0%
<b>Total</b>	<b>238.998.955</b>	<b>100,0%</b>	<b>231.583.635</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.415.320</b>	<b>3,2%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>20.728.693</b>		<b>9.533.819</b>		<b>11.194.874</b>	<b>117,4%</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	2.883.415		1.453.862		1.429.553	98,3%
<b>Resultado líquido do exercício consolidado com interesses minoritários</b>	<b>17.845.278</b>		<b>8.079.957</b>		<b>9.765.321</b>	<b>120,9%</b>

A Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se às instruções publicadas pelo SATAPOCAL, em 16 de maio de 2011, apresentando os resultados das operações económicas do Grupo, durante o ano de 2015.

À semelhança do Balanço Consolidado, também a Demonstração de Resultados Consolidada apresenta uma variação idêntica à verificada na generalidade das rubricas da Demonstração de Resultados individual do Município do Porto, face ao ano anterior, tendo em conta o seu peso enquanto entidade-mãe.

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2015 apresentam, no seu conjunto, um decréscimo de 1,7%, relativamente ao ano anterior, por força, essencialmente, da diminuição das amortizações, face à aplicação da harmonização de critérios ao imobilizado da Empresa Águas do Porto, EM, e dos outros custos influenciados pela entidade mãe.

Nos proveitos e ganhos, com uma estrutura similar à do Município do Porto, assinala-se o aumento das vendas e prestações de serviços e dos impostos e taxas em 3,5% e 10,4%, respetivamente. Os montantes apresentados nas rubricas de impostos e taxas e da variação da produção são também influenciados pela entidade mãe.

Para o decréscimo de outros proveitos e ganhos contribui fundamentalmente a entidade mãe, nomeadamente, pela redução de provisões, explicada pelo impacto da anulação da provisão em 2014 tendo em conta o Acordo extra judicial do processo da Soares da Costa.

Do balanceamento entre os custos e proveitos obtém-se um resultado líquido consolidado de 17,8 milhões de euros, superior ao do ano transato em 9,8 milhões de euros, e superior ao do Município do Porto em 8,7 milhões de euros.

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2015



Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos



Município do Porto					ANO: 2015				
BALANÇO CONSOLIDADO							( euros )		
Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios				Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2015	2014	2014			2015	2014
		AB	AP	AL	AL				
	<b>Imobilizado</b>								
	<b>Bens de domínio público</b>								
451	Terrenos e recursos naturais	5.475.670		5.475.670	5.475.670	51	Fundos próprios		
452	Edifícios	12.665.964	6.204.543	6.461.421	7.020.613	51	Património	966.866.824	921.908.817
453	Outras construções e infraestruturas	505.732.140	204.591.602	301.140.538	305.856.272	55	Diferenças de consolidação	1.536.226	1.536.226
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2.616.926	252.203	2.364.723	198.692	56	Ajustamento de partes de capital em empresas	336.781	336.781
459	Outros bens de domínio público	65.345.396	32.492.465	32.852.931	35.822.175		<b>Reservas de reavaliação</b>		
445	Imobilizações em curso	5.077.721		5.077.721	12.612.414		<b>Reservas</b>		
		596.913.817	243.540.813	353.373.004	366.985.836	571	Reservas legais	9.875.499	9.198.805
						572	Reservas estatutárias	33.427	33.427
						574	Reservas livres	121.615	121.615
431	<b>Imobilizações incorpóreas</b>					575	Subsídios	101.456	101.456
432	Despesas de instalação					576	Doações	10.339.542	10.243.369
433	Despesas de investigação e desenvolvimento	611.941	611.941			577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	77.068.558	77.068.558
433	Propriedade industrial e outros direitos	4.774.572	3.810.254	964.318	859.415	578	Regularização decorrentes Entidades Participadas	60.918.541	61.398.495
443	Imobilizações em curso					59	<b>Resultado transitado</b>	47.995.063	50.624.850
439	Diferenças de consolidação					88	<b>Result. líquido exerc. atribuível à Entidade Mãe</b>	17.845.278	8.079.957
		5.386.513	4.422.195	964.318	859.415		<b>Interesses Minoritários</b>		
							<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>1.193.038.810</b>	<b>1.140.652.356</b>
421	<b>Imobilizações Corpóreas</b>								
422	Terrenos e recursos naturais	341.234.738		341.234.738	341.577.397				
422	Edifícios e outras construções	668.232.503	252.089.082	416.143.421	430.806.803				
423	Equipamento básico	181.681.428	108.361.456	73.319.972	72.137.900	ad			
424	Equipamento de transporte	7.148.813	6.172.106	976.708	671.220				
425	Ferramentas e utensílios	1.035.888	991.262	44.626	21.578				
426	Equipamento administrativo	28.770.086	26.708.405	2.061.681	1.214.142				
427	Taras e vasilhame	2.032	2.032						
429	Outras imobilizações corpóreas	8.590.923	3.972.058	4.618.865	1.134.711	292	<b>Provisões para riscos e encargos</b>	47.032.585	46.057.992
442	Imobilizações em curso	134.904.935		134.904.935	125.973.699		<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>		
		1.371.601.346	398.296.400	973.304.946	973.437.450	2312	Dívidas a instituições de crédito	66.255.492	70.646.502
						26132	Leasing de médio e longo prazo	5.049.672	5.649.672
411	<b>Investimentos Financeiros</b>					2684162	Credores das Administrações Públicas - FAM	4.796.791	5.756.149
412	Partes de capital	9.760.067	461.824	9.298.243	7.852.993				
412	Obrigações e títulos de participação	6.718.007		6.718.007	6.718.007				
414	Investimentos em Imóveis	1.625.207	58.340	1.566.867					
415	Outras aplicações financeiras	11.176.443		11.176.443	11.347.249				
		29.279.724	520.164	28.759.560	25.918.249				
	<b>Circulante</b>								
	<b>Existências</b>								
36	Matérias -primas, Subsidiárias e de Consumo	909.873		909.873	1.040.735	269	Adiantamentos por conta de vendas	3.207.515	3.000.284
33	Produto acabados e intermédios	342.998		342.998	412.235	221	Fornecedores, c/c	4.693.717	3.840.270
32	Mercadoria	164.955	17.622	147.333	177.956	228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	8.758	32.504
		1.417.826	17.622	1.400.204	1.630.926	219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		22.506
						2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	1.335.725	2.905.670
						24	Estado e outros entes públicos	2.145.363	2.019.803
211	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>					262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	9.373.484	17.580.685
212	Clientes c/c	3.719.926	657.323	3.062.603	3.494.610	26131	Leasing de curto prazo	604.860	595.000
212	Contribuintes, c/c	665.428		665.428	400.757	23121111 + 23121112	Empréstimo bancário M/L prazo c/ exigibilidade CP	8.218.864	10.395.610
213	Utentes c/c	764.748		764.748	177.390	2684161	Credores das Administrações Públicas - FAM	959.358	959.358
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	20.497.757	19.771.493	726.264	700.308				
229	Adiantamento a fornecedores	897		897	5.482				
24	Estado e outros entes públicos	3.236.202		3.236.202	3.101.407				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	44.657.317	1.777.573	42.879.744	12.346.190				
		73.542.275	22.206.389	51.335.886	20.226.144				
	<b>Títulos negociáveis</b>								
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>								
12	Depósitos em instituições financeiras	68.762.214		68.762.214	65.321.478	273	<b>Acréscimos e diferimentos</b>	16.230.905	15.401.513
11	Caixa	60.077		60.077	72.875	274	Acréscimos de custos	216.381.140	215.590.917
		68.822.291		68.822.291	65.394.353		Proveitos diferidos	232.612.045	230.992.430
							<b>Total do passivo</b>	<b>386.294.229</b>	<b>400.454.435</b>
271	<b>Acréscimos e diferimentos</b>								
272	Acréscimos de proveitos	96.908.884		96.908.884	86.379.177				
	Custos diferidos	4.463.946		4.463.946	275.241				
		101.372.830		101.372.830	86.654.418				
	<b>Total de amortizações</b>		646.317.748						
	<b>Total de provisões</b>		22.685.835						
	<b>Total do ativo</b>	<b>2.248.336.622</b>	<b>669.003.583</b>	<b>1.579.333.039</b>	<b>1.541.106.791</b>		<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>1.579.333.039</b>	<b>1.541.106.791</b>

ÓRGÃO EXECUTIVO  
EM...de.....de.....

ÓRGÃO DELIBERATIVO  
EM...de.....de.....

MUNICÍPIO DO PORTO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

CUSTOS E PERDAS		2015		2014	
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas:					
Mercadorias		8.196.896		8.046.292	
Matérias		2.529.464	10.726.360	2.469.939	10.516.231
Fornecimentos e serviços externos			63.780.188		59.695.586
Custos com o pessoal:					
Remunerações		55.845.760		54.494.902	
Encargos Sociais		17.669.614	73.515.374	18.749.493	73.244.395
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais					
Amortizações do exercício		7.184.071		6.171.176	
Ajustamentos		46.242.860		49.524.888	
Provisões do exercício		7.189.712	60.616.643	5.038.855	60.734.919
Outros custos e perdas operacionais		426.088	426.088	642.815	642.815
	(A)		209.064.653		204.833.946
Custos e perdas financeiras		2.979.679	2.979.679	4.843.581	4.843.581
	(C)		212.044.332		209.677.527
Outros custos e perdas extraordinários			6.225.930		12.372.289
	(E)		218.270.262		222.049.816
Imposto sobre o rendimento do exercício			2.883.415		1.453.862
	(G)		221.153.677		223.503.678
Interesses minoritários					
Resultado líquido do exercício atribuível à entidade mãe			<b>17.845.278</b>		<b>8.079.957</b>
Resultado líquido do exercício com Interesses Minoritários			<b>17.845.278</b>		<b>8.079.957</b>
			<b>238.998.955</b>		<b>231.583.635</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
Vendas e prestações de serviços:					
Vendas de mercadorias		20.059.288		19.107.929	
Vendas de produtos					
Prestações de serviços		43.898.062	63.957.350	42.665.504	61.773.433
Impostos, taxas e outros			105.893.946		95.890.490
Variação da produção			(69.237)		(96.375)
Trabalhos para a própria entidade			85.403		62.997
Proveitos suplementares		525.112		520.063	
Transferências e subsídios correntes obtidos		30.477.740		31.564.597	
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.932.850		1.966.574	
	(B)		32.935.702		34.051.234
Proveitos e ganhos financeiros			202.803.164		191.681.779
	(D)		7.411.521		8.051.076
Proveitos e ganhos extraordinários			210.214.685		199.732.855
	(F)		28.784.270		31.850.780
			<b>238.998.955</b>		<b>231.583.635</b>
Resultados operacionais: (B)-(A)			(6.261.489)		(13.152.167)
Resultados financeiros: (D)-(C-A)			4.431.842		3.207.495
Resultados correntes: (D)-(C)			(1.829.647)		(9.944.672)
Resultados antes de impostos: (F)-(E)			20.728.693		9.533.819
<b>R. líquido consolidado do exercício atribuível à entidade mãe:</b>			<b>17.845.278</b>		<b>8.079.957</b>
<b>R. líquido consolidado do exercício com interesses minoritários:</b>			<b>17.845.278</b>		<b>8.079.957</b>



MUNICÍPIO DO PORTO  
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Designação	2015	2014
<b>Atividades operacionais:</b>		
Recebimentos de clientes	156.648.984	165.667.604
Pagamentos a fornecedores	(90.404.566)	(84.776.910)
Pagamentos ao pessoal	(74.614.410)	(71.433.788)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	<b>(8.369.992)</b>	<b>9.456.906</b>
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.372.599)	(1.316.636)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	27.199.317	24.966.471
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	<b>17.456.726</b>	<b>33.106.741</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	1.938.862	2.049.004
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(6.177.100)	(8.340.491)
<i>Fluxo das atividades operacionais</i>	<b>13.218.488</b>	<b>26.815.254</b>
<b>Atividades de investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	10.711.277	15.575.153
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios ao investimento	7.816.277	3.372.157
Juros e proveitos similares	246.585	560.606
Dividendos	1.363.099	360.047
.....		
.....		
	<b>20.137.238</b>	<b>19.867.963</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(2.909.358)	
Imobilizações corpóreas	(16.294.080)	(8.350.306)
Imobilizações incorpóreas	(1.532.543)	(1.026.579)
.....		
	<b>(20.735.981)</b>	<b>(9.376.885)</b>
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	<b>(598.743)</b>	<b>10.491.078</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	5.007.560	1.047.940
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
Subsídios e doações	317.047	188.080
Venda de ações (quotas) próprias		
Cobertura de prejuízos	150	
.....		
	<b>5.324.757</b>	<b>1.236.020</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(11.575.317)	(10.266.274)
Amortização de contratos de locação financeira	(590.140)	(588.205)
Juros e custos similares	(2.081.999)	(2.722.486)
Dividendos	(269.108)	
Redução de capital e prestações suplementares		
Aquisição de ações (quotas) próprias		
Outros		
	<b>(14.516.564)</b>	<b>(13.576.965)</b>
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	<b>(9.191.807)</b>	<b>(12.340.945)</b>
Variações de caixa e seus equivalentes	3.427.938	24.965.387
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	65.394.353	40.537.132
Caixa e seus equivalentes no início do período (alteração perímetro)		(108.166)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	68.822.291	65.394.353



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Introdução

O Município do Porto apresenta demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2015.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do nº 1, do artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula que *“sem prejuízo dos documentos de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intertemporal, bem como com outros setores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação nº 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, obrigatoriamente aplicável ao Município do Porto, por força do seu artigo 3º.

De acordo com a mesma Portaria e as instruções do SATAPOCAL, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCAL e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade-mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Desta forma, o Município do Porto, atendendo ao seu perímetro de consolidação e seguindo o estabelecido no ponto 4.5.5.1 das instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas, adota os seguintes métodos de consolidação:

- a) **Método de consolidação integral** que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados e no mapa de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas;
- b) **Método de equivalência patrimonial** que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As contas consolidadas do grupo público do Município do Porto apresentam, em 2015, a contabilização da participação em entidades consolidadas, em conformidade com os métodos atrás apresentados, utilizando-se o método de consolidação integral nas entidades controladas pelo município a 100%, conforme previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 -“Investimentos em subsidiárias e consolidação” e o método de equivalência patrimonial nas entidades onde o município exerce influência significativa, conforme previsto na NCRF 13- “Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas”.

As entidades consolidadas aplicaram nas suas contas individuais o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, bem como o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, consoante o legalmente aplicável.

Assim, as entidades às quais é aplicado o método integral de consolidação, devem converter os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de forma a garantir a homogeneização da informação.

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, foi adotado o previsto na já mencionada Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 – “Investimentos em subsidiárias e consolidação”, conforme indicado na Portaria nº 474/2010, de 01 de julho, com as necessárias adaptações à realidade do setor das autarquias locais.

As notas do presente Anexo incluem a divulgação de informação financeira sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada, conforme exigido pelo nº 7, do artigo 75.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, tendo sido utilizadas as instruções publicadas pelo SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011, no que respeita à sua numeração.

Por último, as notas não mencionadas, ou não são aplicáveis, ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras, sendo que todos os valores são apresentados em euros.

## 1. Informações relativas às entidades do perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

### Caraterização da entidade consolidante a 31/12/2015

#### **Município do Porto**

NIF: 501 306 099

Composição do Órgão Executivo:

Presidente: Rui Moreira

Vice-Presidente: Guilhermina Rego

Vereadores: Manuel Pizarro

Manuel de Sampaio Pimentel

Paulo Cunha e Silva (até 11/11/2015)

Filipe Araújo

Cristina Pimentel

Manuel Correia Fernandes

Manuel Mendonça (desde 18/11/2015)

Carla Sousa

Alberto Amorim Pereira

Ricardo Almeida

Pedro Carvalho

Ricardo Valente

Composição do Órgão Deliberativo:

Presidente: Miguel Pereira Leite

Secretária: Ana Paula Vitorino

Secretária: Maria Paula de Faria

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

## **Caraterização das entidades consolidadas a 31/12/2015**

### **Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM**

NIF: 505 037 238

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Cristina Pimentel

Vogal não executivo: Manuel Correia Fernandes

Administradora executiva: Cátia Meirinhos

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **CMPH - DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM**

NIF: 505 037 700

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Manuel Pizarro

Vice-presidente: Barbosa Pinto

Vogal: Manuela Álvares

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **CMPL – Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM**

NIF: 507 718 640

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Rui Moreira

Administrador Executivo: Rui Nuno Lemos

Administrador Executivo: Luís Alves

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM**

NIF: 507 718 666

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Frederico Martins Fernandes (desde 26/11/2015)

Joao Pedro Matos Fernandes (até 25/11/2015)

Administradora Executiva: Adriana Aguiar Branco (desde 26/11/2015)

Frederico Martins Fernandes (até 25/11/2015)

Administrador Não Executivo: Joaquim Lopes (desde 26/11/2015)

Adriana Aguiar Branco (até 25/11/2015)

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, em Liquidação**

NIF: 503 619 752

Composição da Comissão Liquidatária:

Raquel Castelo Branco

Fernando Paulo de Sousa

Cristina Mota

Sistema aplicável de Contabilidade: POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública

### **APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA**

NIF: 504 136 267

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Augusto Castro Ribeiro

Vogais: Ana Maria de Almeida

Joaquim dos Santos Carvalho

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **Mercado Abastecedor do Porto, SA**

NIF: 501 958 630

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Luiz Oliveira Dias

Vogais: José Torres Loureiro

Manuel Gonçalves

José Lambertine de Sousa

Paula de Carvalho Oliveira

Rogério de Oliveira Martinho

António Ramos Carreira

Ana Castro

Laura Cruz da Rocha

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC – Sistema de Normalização Contabilística

**Adeporto – Agência de Energia do Porto**

NIF: 507 886 550

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Filipe Manuel Araújo

Vice-presidente: Joana Ferreira

Vogais: Fernando Barão

Fernando Leite

Augusto Monteiro

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL)

**Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA**

NIF: 506 866 432

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Álvaro Santos

Vogais: Rui Loza

Luísa Maria Aparício

Ana Maria Ribeiro

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

**Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário.

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

**Fundo Porto Novo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, em liquidação**

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Banif Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA.



Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

**Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, administrado pela Gesfimo – Espírito Santo Irmãos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA.

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

**Associação Porto Digital**

NIF: 506 838 730

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Guilhermina Maria da Silva Rego

Vogais: Sebastião Feyo de Azevedo

António José Mourão Lacerda

António José Lopes

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC – ESNL)

## 1.1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.	M.C.
Município do Porto	Praça General Humberto Delgado, Porto	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.			a) c)	M.I.
Gestão de Obras Públicas da CMP, E.M.	Rua Monte dos Burgos, 12 - Porto	Gestão de obras públicas do município	MP	100%	b) c)	M.I.
CMFH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.	Rua Monte dos Burgos, 12 - Porto	Gestão do parque habitacional do município e da atividade de manutenção de equipamentos e infraestruturas, do domínio público e privado, cuja gestão seja do Município do Porto.	MP	100%	b) c)	M.I.
CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.	Rua de Bartolomeu Velho, 648 - Porto	Assegurar a prestação de um serviço público no domínio da atividade física e desportiva, do lazer e de outras atividades de animação da cidade.	MP	100%	b) c)	M.I.
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	Rua Barão Nova Sintra, 285 - Porto	Abastecimento de água de qualidade à população, e a drenagem e tratamento das águas residuais em toda a cidade.	MP	100%	b) c)	M.I.
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	Rua de Bonjónia, 185 Porto	Competências delegadas pelo Município do Porto para intervenção em matéria de ação social. Através das suas ações pretende melhorar o tecido social interagindo com a cidade.	MP	100%	b) c)	M.I.
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A.	Rua Mouzinho da Silveira, 212 - Porto	Conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense.	MP IHRU	40,00% 60,00%		M.E.P.
APOR-Agência para Modernização Porto, S.A.	Avenida dos Aliados, 133 - 3º - Porto	Cria as sinergias para uma melhor cooperação entre entidades públicas e privadas e promove a requalificação e modernização do tecido urbano, industrial e empresarial da cidade. Tem um papel importante na promoção da imagem da cidade e no apoio a projetos de investigação e inovação tecnológica, fomentando as ligações entre a universidade e a comunidade empresarial.	MP Outros	34,58% 65,42%		M.E.P.
Mercado Abastecedor do Porto, SA	Rua Chaves Oliveira 181 - Porto	Logística para mercados	MP Outros	25,50% 74,50%		M.E.P.
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347, sala 218 - Porto	Utilização racional da energia, eficiência energética, gestão ambiental na interface com a energia, melhor aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na modalidade sustentável	MP Outros	34,33% 65,67%		M.E.P.
Associação Porto Digital	Rua das Flores, 152 - Porto	Promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos cidadãos e para a evolução de uma sociedade de informação e do conhecimento, que possa estar ao alcance de todos	MP Outros	33,33% 66,67%		M.E.P.
Fundo Especial de Inv. Imobiliário Fechado Porto D'Ouro	Av. João XXI, Nº 63 Lisboa	Maximização do valor das participações e dos rendimentos a distribuir aos participantes e o bom desempenho das respectivas finalidades económicas, sociais e financeiras	MP CGD	50,00% 50,00%		M.E.P.
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Porto Novo	Av. 24 de Julho, 98 1º piso Lisboa	Desenvolvimento de projectos de urbanização e construção de imóveis na região do Grande Porto para sua posterior venda ou arrendamento, visando a maximização do valor de unidades de participação.	MP Outros	20,90% 79,10%		M.E.P.
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Invesurb	Rua do Vale de Pereiro, 16 - Lisboa	Construção e/ou reabilitação de habitações para permuta com o Município, visando a maximização do valor de unidades de participação.	MP Outros	21,90% 78,10%		M.E.P.

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas (n.º1 do art.º 75º, Lei n.º 73/2013)

b) Entidade controlada a 100% pelo Município do Porto.

c) Daqui em diante, MP, GOP, Domus, Porto Lazer, AdP, e FDSP

M.I. – Método Integral

M.E.P – Método Equivalência Patrimonial

O Município do Porto aplicou a definição de controlo prevista no ponto 5.1. da Orientação nº 1/2010 – Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo, aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, na qual, numa relação entre entidades, a existência de controlo deve ser analisada casuisticamente, em função das circunstâncias concretas, tomando por referência o elemento poder e o elemento resultado, tal como estão estabelecidos na IPSAS 6, aprovada e publicada em dezembro de 2006, conjugado com o estabelecido nos números 4 e 5, do artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Como condições de poder destacam-se, nomeadamente, a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão. Como condições de resultado salientam-se, designadamente, o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver a outra entidade, obtendo, assim, um significativo nível de benefícios económicos, ou suportando um significativo nível de obrigações. Presume-se a existência de controlo quando se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões do órgão de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com o direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

Conforme já foi referido anteriormente, às entidades controladas a 100% pelo Município do Porto, foi aplicado o método de consolidação integral, que consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados como interesses minoritários.

Para as entidades nas quais o Município do Porto detém influência significativa, ou seja, uma participação financeira superior a 20% e inferior a 50%, foi aplicado o método da equivalência patrimonial que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

## Caraterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultados Líquidos do Exercício	Nº de Trabalhadores a 31-12-2015	Motivo de inclusão no perímetro de consolidação
Município do Porto	1.510.324.073	320.850.584	1.189.473.489	9.171.271	2.799	Empresa consolidante
Gestão de Obras Públicas da OMP, EM	4.844.090	3.540.866	1.303.224	1.351	21	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo como art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
OMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM	6.776.849	5.853.894	922.955	24.909	105	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo como art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
OML – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM	4.933.537	2.251.770	2.681.767	52.513	78	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo como art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
OMFEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM	153.590.108	34.860.505	118.729.604	6.296.993	460	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo como art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	7.683.165	6.670.962	1.022.203	-580.540	22	Fundação detida a 100%, pelo que de acordo como art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.

Os valores apresentados no mapa supra foram recolhidos das demonstrações financeiras individuais das respetivas entidades participadas, não apresentando qualquer ajustamento de harmonização de critérios em sede de consolidação.

### 1.2 – Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% do capital detido em 2015	Obs.
PORTGÁS – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Rua Linha de Torres, 41 – Porto	Distribuidora e fornecedora de Gás Natural na região litoral Norte.	0,47%	a)
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	Estádio do Dragão, Via FC Porto, Entrada Poente, Piso 3	Clube de futebol.	0,22%	a)
Sociedade Metro do Porto, S.A.	Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 6º e 7º – Porto	Transporte ferroviário.	0,01%	a)
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	Rua O Primeiro de Janeiro – Porto	Clube de futebol.	2,27%	a)
Fundação Casa da Música	Av. Boavista, 604 - 610 - Porto	Promoção, fomento, difusão e prossecução de atividades culturais e formativas no domínio da atividade musical	3,52%	a)
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	R. Dr. Roberto Frias, 400 - Porto	Realização de atividade de inovação e transferência de tecnologia orientada para o tecido industrial	0,73%	a)
Águas do Norte S.A.,	Av. Osnabruck, 29 - Vila Real	Concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte de Portugal	1,83%	a)
Fundação da Juventude	Rua das Flores, 69 - Porto	Apoio a iniciativas destinadas a promover a integração de jovens na vida adulta e ativa social ou cultural a eles expressamente dirigida	1,50%	a)
Fundação Portugal África	Rua de Serralves, 191 - Porto	Realização e incremento de ações de caráter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e África	2,63%	a)
Fundação de Serralves	Rua de Serralves, 977 - Porto	Promoção de atividades no domínio de todas as artes.	0,27%	a)

a) Mensurada ao custo de aquisição

Todas as entidades nas quais o Município do Porto detém uma participação inferior a 20% foram excluídas do perímetro de consolidação, estando a participação financeira das mesmas relevada em termos contabilísticos.

As entidades associadas, cuja participação do município é inferior a 20%, estão mensuradas ao valor de aquisição. Nas situações em que o valor recuperável se mostrou inferior ao valor contabilístico foram efetuadas, em 2015, as respetivas provisões no sentido de expressar contabilisticamente essa desvalorização.

## 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

### 2.1 – Situações em que se mostrou insuficiente a aplicação das normas de consolidação às demonstrações financeiras consolidadas

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, com exceção das seguintes situações:

No Município do Porto:

Na constituição de uma provisão para riscos e encargos no montante de 13.731.213 euros, registada na rubrica de resultados transitados, por força do estudo atuarial realizado para o efeito, associado à estimativa do valor atual dos encargos do Município com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, em virtude da obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Pela incorporação do valor das amortizações acumuladas, registadas na rubrica de resultados transitados, referentes às grandes reparações e beneficiações dos bens imóveis associados ao memorando de entendimento com o Estado Português, no montante 1.381.948 euros.

À semelhança do ano transato, foi efetuada a harmonização de critérios com as empresas GOP, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM e Águas do Porto, EM, traduzida no quadro seguinte:

Entidade/Descrição	GOP, EM	DomusSocial, EM	Porto Lazer , EM	AdP, EM	Corrigido (S/N)
Amortização/Depreciação ao abrigo do SNC ou Decreto Regulamentar	X	X	X	X	S
Cálculo das provisões ou ajustamentos ao abrigo do SNC	X	X	X	X	S
Alocação de proveitos diferidos e capitais próprios		X	X	X	S

A Fundação Porto Social adota os critérios valorimétricos do POCP, pelo que não foi necessário efetuar o processo de harmonização de critérios.

## 2.2 – Afastamento das normas de consolidação para se obter uma imagem verdadeira e apropriada

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a possibilidade de, sempre que à data do balanço os investimentos financeiros tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, ser efetuada a correspondente redução do valor contabilístico, através da conta apropriada. Com a aplicação da Orientação nº 1/2010, as contas consolidadas apresentam, no ano de 2015, em investimentos financeiros, as correções decorrentes da utilização do método de equivalência patrimonial, relativamente às entidades em que o Município do Porto detém uma participação entre 20% e 50%. Ao nível do Balanço e da Demonstração dos Resultados verificaram-se os efeitos traduzidos nos ajustamentos do seguinte quadro:

Entidade	Valor em 31 de Dezembro 2015							
	Valor Nominal	Ajustamentos Participação	Ajustamentos MEP	TOTAL	Anulação Participação	TOTAL	Provisões	TOTAL
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	249.350			249.350		249.350	249.350	
Gestão de Obras Públicas OMP, EM	500.000			500.000	500.000			
OMPH - DOMUSSOCIAL - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	500.000			500.000	500.000			
APCR - Agência para Modernização Porto, S.A.	368.215		199.345	567.560		567.560		567.560
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	247.154			247.154		247.154	212.468	34.686
Mercado Abastecedor do Porto	1.147.500		1.267.319	2.414.819		2.414.819		2.414.819
PORTIGAS - Soc. Prod. Distrib. Cas, S.A.	37.425			37.425		37.425		37.425
Sociedade Metro do Porto, S.A.	5			5		5	5	
Porto Vivo, SFRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, SA	2.400.000	-628.944	-948.858	822.197		822.197		822.197
Águas do Norte, SA	2.781.220			2.781.220		2.781.220		2.781.220
OMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	80.000.000			80.000.000	80.000.000			
OMPL - Emp. Desp. e Lazer do Município do Porto, EM	2.200.000			2.200.000	2.200.000			
Adeporto - Agência de Energia do Porto	70.625		33.783	104.408		104.408		104.408
Fundação Casa da Música	200.000			200.000		200.000		200.000
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	11.830			11.830		11.830		11.830
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	364.122			364.122	364.122			
Fundação da Juventude	24.940			24.940		24.940		24.940
Fundação Portugal África	299.279			299.279		299.279		299.279
Fundação de Serralves	49.880			49.880		49.880		49.880
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo	2.076.057	638.463	-3.040	1.434.564		1.434.564		1.434.564
Fundo de Investimento Imobiliário - Inesurb	1.569.947	75.873	-772	1.493.301		1.493.301		1.493.301
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D'Ouro	8.400.000	157.219	346	8.243.127		8.243.127		8.243.127
Associação Porto Digital	1.950.000			1.950.000		1.950.000		1.950.000
Credores das Administrações Públicas - FAM	6.715.507			6.715.507		6.715.507		6.715.507
Investimentos em Imóveis	1.625.207			1.625.207		1.625.207	58.340	1.566.867
Outras aplicações financeiras de entidades participadas	7.951			7.951		7.951		7.951
<b>Total</b>	<b>113.796.224</b>	<b>242.611</b>	<b>548.123</b>	<b>112.843.847</b>	<b>83.564.122</b>	<b>29.030.374</b>	<b>520.164</b>	<b>28.759.560</b>

### 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

#### 3.1 – Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação

Entidade	Ajustamentos
Mercado Abastecedor do Porto SA	1.267.319
APOR - Ag. Modernização Porto SA	199.345
Adeporto - Agência Energia Porto	33.783
Porto Vivo SRU - Soc. Reab. Urb., SA	(948.858)
Fundo Investimento Imob Porto Douro	346
Fundo Investimento Imob Porto Novo	(3.040)
Fundo Investimento Imob Invesurb	-772
<b>Total</b>	<b>548.123</b>

Atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os ajustamentos a efetuar pela aplicação do método da equivalência patrimonial são registados na conta de Regularizações de entidades participadas.

#### 3.2 – Diferenças de consolidação

Entidade	2015	2014
<b>Diferenças de Consolidação Negativas</b>		
Município do Porto		
GOP	(615.637)	(615.637)
Domus Social	57.680	57.680
Porto Lazer (CMPL)	376.862	376.862
AdP (CMPEA)	(245.081)	(245.081)
Fundação Porto Social	(1.110.050)	(1.110.050)
<b>Total</b>	<b>(1.536.226)</b>	<b>(1.536.226)</b>

As diferenças de consolidação, refletidas nos capitais próprios em 1.536.226 euros, referem-se às diferenças apuradas no início do processo de consolidação das entidades GOP, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM, Águas do Porto, EM e Fundação Porto Social. Estas diferenças decorrem das diferenças entre o valor da participação ao custo de aquisição refletida na contabilidade do Município do Porto e os respetivos capitais próprios das entidades, com referência ao correspondente processo de consolidação de contas.

### **3.5 – Descrição de acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado**

Não existem situações de relevo.

## **4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo**

### **4.1 – Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo:**

<b>Dívidas a terceiros de médio/longo prazo</b>	<b>Município do Porto</b>	<b>Grupo público consolidado</b>
Empréstimos de médio longo prazo	66.255.492	66.255.492
Leasing de médio e longo prazo	5.049.672	5.049.672
Credores das Administrações Públicas-FAM	4.796.791	4.796.791
<b>Total</b>	<b>76.101.955</b>	<b>76.101.955</b>



#### 4.2 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vencem nos quatro anos seguintes à data do Balanço:

Empréstimo	Entidade credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Dívida bancária a vigorar até 2019	Dívida bancária a vigorar após 2019
Proj. EB Paulo Gama; Consolíd. Fontainhas; Requal. Av. Boavista-fases I e II	Santander Totta	3.000.000	22-08-2028		1.606.829
<b>Empréstimos contraídos para execução de diversos investimentos</b>		<b>3.000.000</b>			<b>1.606.829</b>
PROHABITA - 1109 fogos	BPI	4.827.188	16-03-2027		2.881.339
PROHABITA - 846 fogos	BPI	4.832.091	20-02-2029		3.680.364
Recuperação 200 fogos Prohabita	IHRU	1.028.329	21-03-2037		866.300
Reabilitação de Bairros Municipais	Caixavigo	7.800.000	10-12-2030		6.061.055
Recuperação 4700 fogos Prohabita	IHRU	5.997.172	02-10-2026		4.599.498
Programa Reabilitar para Arrendar	IHRU	8.951.375	15-03-2045		5.007.560
<b>Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana de bairros sociais</b>		<b>33.436.155</b>			<b>23.096.117</b>
EURO 2004 - 1	Dexia	15.000.000	06-12-2021		6.647.890
EURO 2004 - 2	Dexia	15.000.000	02-01-2023		8.021.979
<b>Empréstimos contraídos em 2002 para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004</b>		<b>30.000.000</b>			<b>14.669.869</b>
EURO 2004 - 3	BBVA	12.000.000	27-10-2024		6.352.941
TÚNEL I	BBVA	9.700.000	13-04-2025		5.420.588
<b>Empréstimos contraídos em 2004 para execução de projetos participados por fundos comunitários</b>		<b>21.700.000</b>			<b>11.773.529</b>
Const. 24 Fogos Choupos	B.E.S.	390.409	27-09-2024		155.983
Const. 84 Fogos Condominhas	C.G.D	1.379.550	08-01-2025		325.400
Const.174 Fogos Falcão	B.P.I.	3.154.897	11-12-2020		820.026
Const. 254 Fogos - Viso	B.P.I.	4.849.727	14-10-2022		1.704.377
Const. 156 Fogos - Antas	B.P.I.	2.541.380	14-12-2022		914.973
Const. 128 Fogos - Ilhéu	C.G.D	2.753.923	20-09-2021		914.567
Const. 88 Fogos - Cerco Porto	I.N.H.	1.182.221	02-01-2017	151.269	
Const. 400 Fogos - Sta. Luzia	C.G.D	9.608.984	08-10-2020		2.640.975
Const. 250 Fogos Sta. Luzia	C.G.D	7.370.080	16-03-2022		2.458.124
Const. 28 Fogos Fontinha	C.G.D	549.985	14-02-2027		265.014
Const. 40 fogos na Trav. de Salgueiros	C.G.D	827.122	14-02-2027		62.208
Const. 53 fogos no Monte S. João	C.G.D	1.062.454	14-02-2027		563.710
Const. 21 fogos nas Fontainhas	C.G.D	957.408	14-02-2027		112.020
<b>Empréstimos contraídos até 2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento</b>		<b>36.628.140</b>		<b>151.269</b>	<b>10.937.376</b>
Habitação Social	Dexia	14.900.000	01-07-2022		7.134.024
<b>Empréstimos contraídos até 2002, para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados à Habitação Social</b>		<b>14.900.000</b>			<b>7.134.024</b>
Prejuízos resultantes das Intempéries	Caixavigo	14.465.139	20-09-2021		5.105.343
<b>Empréstimos contraídos até 2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas Intempéries no Inverno 2000/2001</b>		<b>14.465.139</b>			<b>5.105.343</b>
<b>Total do Perímetro de Consolidação do Município do Porto</b>		<b>154.129.434</b>		<b>151.269</b>	<b>74.323.087</b>

## 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Obrigações/pagamentos					
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6=(2+3)-(4+5)
Transferências					
Subsídios		4.787.376		4.787.376	
Empréstimos					
Relações comerciais	49.548	19.145.213	899.493	18.182.941	112.327
Particip. do capital em numerário					
Particip. do capital em espécie					
Outros	2.415.863	9.669.246		9.827.351	2.257.758
<b>Total</b>	<b>2.465.411</b>	<b>33.601.835</b>	<b>899.493</b>	<b>32.797.668</b>	<b>2.370.085</b>
Direitos/recebimentos					
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6=(2+3)-(4+5)
Transferências					
Subsídios	(217.697)	4.787.376	460.000	4.787.376	(677.697)
Empréstimos					
Relações comerciais	692.918	20.000.877	949.662	18.944.739	799.394
Particip. do capital em numerário					
Particip. do capital em espécie					
Outros					
<b>Total</b>	<b>475.221</b>	<b>24.788.253</b>	<b>1.409.662</b>	<b>23.732.115</b>	<b>121.697</b>

Apresentamos, em anexo, a desagregação por entidade abrangida pelo perímetro de consolidação, de acordo com as instruções do SATAPOCAL.

## 6. Informações relativas a compromissos

### 6.1 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

Nos termos do número 4, do artigo 17º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Neste sentido, a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgou no portal das finanças os valores em dívida referentes ao Município do Porto a 31 de dezembro de 2015. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes:

Imposto	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda)	
	2015	2014
Contribuição Autárquica (CA)	607.590	651.469
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	7.411.786	7.349.751
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	5.337.769	5.168.011
Imposto Único de Circulação (IUC)	1.563.757	1.365.969
SISA	14.479.460	14.620.989
<b>Total</b>	<b>29.400.362</b>	<b>29.156.188</b>

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

O Município do Porto, suportado na informação prestada pelo Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso (DMJC) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

No decurso normal da sua atividade existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pelo DMJC, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

## 6.2 – Responsabilidades por garantias prestadas

O total das garantias bancárias prestadas pelo Município do Porto é de 5.231.180 euros.

A GOP, EM, prestou a favor da REFER uma garantia, sob a forma de depósito de garantia, no montante de 8.000 euros, na sequência do protocolo assinado entre as partes em 20 de março de 2014. O protocolo em questão tem por objeto a regulação das implicações que a obra de estabilização da escarpa da margem direita do Rio Douro, entre as Pontes Luís I e Maria Pia, terá na infraestrutura e circulação ferroviária.

Em 31 de dezembro de 2015, a Porto Lazer, EM, mantinha ativa a garantia bancária prestada a favor da Autoridade Tributária, com o objetivo de cessar os efeitos do processo de execução fiscal em sede de IMT do edifício do Monte Aventino, no montante de 618.267 euros.

A Águas do Porto, EM, prestou garantias bancárias à entidade Estradas de Portugal, no valor de 297.017 euros, no âmbito das intervenções efetuadas na via pública, bem como à ARH do Norte, no montante de 100.000 euros, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto, relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

## **7. Informações relativas a políticas contabilísticas**

### **7.1 – Critérios de valorimetria**

#### **Bens de Domínio Público**

No Município do Porto, para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000 foi usado, na avaliação dos bens imóveis, o método do custo ou do valor de substituição/reposição, que corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação. Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

#### **Imobilizações incorpóreas**

Na entidade mãe as imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil esteja previamente estipulado, a taxa de amortização é calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

## **Imobilizações corpóreas**

No Município do Porto, estas imobilizações foram valorizadas da seguinte forma:

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:
  - a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou método de mercado, conforme o descrito para os Bens de Domínio Público;
  - a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.
- b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção na valorização dos bens.

Na sequência da evolução do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, que não foi possível ainda concluir na totalidade, quando são identificados bens a considerar como inventariação inicial de ativos, é seguida a metodologia acima descrita para o imobilizado anterior a 2000, sendo o seu valor bruto registado por contrapartida da rubrica de património e as amortizações acumuladas registadas na rubrica de resultados transitados.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e seguindo o já referido nesta nota.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação atribuindo-se então o montante desta.

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do grupo autárquico para a rubrica de imobilizado no caso da GOP, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM e AdP, EM, e no que respeita aos ativos fixos tangíveis e intangíveis são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo. Na Fundação Porto Social o imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição deduzido das amortizações.

## **Amortizações**

No Município do Porto, as amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril (II série),

pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2015 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

- a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações das rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;
- b) Para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2001, nas rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios, quando não foi possível a análise individual de alguns bens não inventariados foi aplicada a taxa mínima, de acordo com o classificador CIBE.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

### **Investimentos financeiros**

Na entidade-mãe, os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

Os investimentos financeiros apresentados, em termos consolidados, foram corrigidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

### **Existências**

No Município do Porto, as existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção:

- a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
- b) Nos produtos acabados e intermédios foi utilizado o método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais.

À data de balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levem a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do grupo autárquico para a rubrica de existências são valorizados ao custo de aquisição, adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

### **Dívidas de e a terceiros**

Na entidade-mãe, as dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

### **Provisões para Riscos e Encargos**

O Grupo regista nesta rubrica provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses;

- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas em mora são objeto de acompanhamento e esforço de recuperação pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações.

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais;
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

### **Remunerações a Liquidar**

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende a estimativa dos encargos com férias e mês de férias calculada de acordo com as regras e responsabilidades legais consagradas na Lei do Orçamento do Estado para 2015.

### **Especialização de Exercícios**

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos.

### **Locação Financeira**

Os ativos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a



amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## 8. Informações relativas a determinadas rubricas

### 8.1 – Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento

O valor registado na rubrica despesas de investigação e desenvolvimento refere-se a aquisição de diversas licenças de software informático pela entidade-mãe e encontra-se totalmente amortizado.

### 8.2 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, que constam do balanço podem ser resumidos como segue:

#### Ativo Bruto

Designação	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
<b>Bens de Domínio Público:</b>							
Terrenos e recursos naturais	5.475.670	1.410			(1.410)		5.475.670
Edifícios	12.621.980				43.984		12.665.964
Outras construções e infraestruturas	492.937.008		5.111.209		7.687.333	(3.410)	505.732.140
Bens do património histórico, artístico e cultural	215.823	2.319.591	57.527		23.985		2.616.926
Outros bens de domínio público	65.073.716				271.680		65.345.396
Imobilizações em curso	12.612.414		4.167.519		(11.702.212)		5.077.721
Subtotal	588.936.611	2.321.001	9.336.255		(3.676.640)	(3.410)	596.913.817
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>							
Despesas de instalação							
Despesas de investigação e desenvolvimento	611.941						611.941
Propriedade industrial e outros direitos	4.417.852		356.720				4.774.572
Imobilizações em curso							
Diferenças de consolidação							
Subtotal	5.029.793		356.720				5.386.513
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>							
Terrenos e recursos naturais	341.577.397	42.475.757	615.414	(3.226.316)	(1.421.705)	(38.785.809)	341.234.738
Edifícios e outras construções	662.294.607	157.500	778.015	(228.925)	5.232.280	(974)	668.232.503
Equipamento básico	177.126.706	3.750	2.495.576	(4.812)	3.478.195	(1.417.987)	181.681.428
Equipamento de transporte	7.244.920		428.827	(287.005)		(237.929)	7.148.813
Ferramentas e utensílios	1.011.772		46.144	(13.990)		(8.038)	1.035.888
Equipamento administrativo	28.037.362		966.831	(6.052)		(228.055)	28.770.086
Taras e vasilhame	2.032						2.032
Outras imobilizações corpóreas	4.832.998		317.739	(25)	3.521.968	(81.757)	8.590.923
Imobilizações em curso	125.973.699		17.690.541		(8.759.305)		134.904.935
Subtotal	1.348.101.493	42.637.007	23.339.087	(3.767.125)	2.051.433	(40.760.549)	1.371.601.346
<b>Investimentos Financeiros:</b>							
Partes de capital	8.502.475		1.950.000	(499)		(691.909)	9.760.067
Obrigações e títulos de participação	6.718.007						6.718.007
Investimentos em Imóveis					1.625.207		1.625.207
Outras aplicações financeiras	11.347.249					(170.806)	11.176.443
Subtotal	26.567.731		1.950.000		1.625.207	(862.715)	29.279.724
<b>Total</b>	<b>1.968.635.628</b>	<b>44.958.008</b>	<b>34.982.062</b>	<b>(3.767.125)</b>	<b>(0)</b>	<b>(41.626.674)</b>	<b>2.003.181.400</b>

Por influência da entidade mãe, durante o exercício de 2015, a rubrica relativa a terrenos e recursos naturais de imobilizações corpóreas, registou um ajustamento no montante de 42.475.757 euros. Este ajustamento inclui, para além das parcelas de terrenos, incorporadas em resultado das operações decorrentes do memorando de entendimento com

o Estado Português (ver nota 9.2), no montante de 38.785.809 euros, compensada por abates registados por igual valor, o montante de 3.689.948 euros relativos ao processo de conciliação de saldos contabilísticos do imobilizado face às correspondentes listagens do inventário inicial, realizado pela SIGHT, não refletidos no balanço inicial.

Ainda neste âmbito a rubrica de investimentos financeiros registou um aumento no montante de 1.950.000 euros em consequência da criação de uma quota única suplementar no capital social da APD. De acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo n.º 26º dos estatutos da APD, em caso de dissolução, o património remanescente será dividido pelos associados fundadores e associados efetivos, numa forma diretamente proporcional ao somatório das verbas transferidas pelos seus associados. Para o cálculo destes montantes consideram as jóias, quotas, transferências efetuadas ao abrigo de protocolos e transferências efetuados no âmbito de pagamento de serviços. Esta quota suplementar atribuída não alterou em termos estatutários a participação detida pelo Município.

Pela primeira vez, na rubrica investimentos em imóveis, foram reconhecidos alguns dos contratos em cedência do direito de superfície no montante de 1.625.207 euros, por transferência da rubrica de imobilizações corpóreas.

A redução apresentada nos investimentos financeiros, de 862.715€, relaciona-se com movimentos de regularização em sede de equivalência patrimonial.

## Amortizações e Ajustamentos

Designação	Saldo Inicial	Reforço	Abates, Alienações e reduções	Regularizações	Saldo Final
<b>Bens de Domínio Público:</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios	5.601.367	603.176			6.204.543
Outras construções e infraestruturas	187.080.736	16.132.762	(3.410)	1.381.515	204.591.602
Bens do património histórico, artístico e cultural	17.131	235.072			252.203
Outros bens de domínio público	29.251.541	3.240.924			32.492.465
Imobilizações em curso					
Subtotal	221.950.775	20.211.934	(3.410)	1.381.515	243.540.813
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação					
Despesas de investigação e desenvolvimento	611.941				611.941
Propriedade industrial e outros direitos	3.558.437	251.817			3.810.254
Trespases					
Imobilizações em curso					
Diferenças de consolidação					
Subtotal	4.170.378	251.817			4.422.195
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	231.487.804	20.545.237	(1.561)	57.602	252.089.082
Equipamento básico	104.988.806	4.651.761	(1.157.888)	(121.223)	108.361.456
Equipamento de transporte	6.673.700	112.960	(614.555)		6.172.105
Ferramentas e utensílios	990.194	23.096	(22.026)		991.262
Equipamento administrativo	26.823.220	119.341	(234.131)	(25)	26.708.405
Taras e vasilhame	2.032				2.032
Outras imobilizações corpóreas	3.698.287	326.714	(52.943)		3.972.058
Subtotal	374.664.043	25.779.109	(2.083.106)	(63.646)	398.296.400
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Partes de capital	649.482	2.477		(190.135)	461.824
Investimentos em imóveis		304		58.036	58.340
Outras aplicações financeiras					
Imobilizações em curso					
Subtotal	649.482	2.781		(132.099)	520.164
<b>Total</b>	<b>601.434.678</b>	<b>46.245.641</b>	<b>(2.086.516)</b>	<b>1.185.770</b>	<b>646.779.572</b>

### **8.2.1 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações**

O inventário do imobilizado na entidade mãe não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Todavia, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto.

Em 2011, foi substancialmente concluído o levantamento cadastral dos principais ativos fixos tangíveis subjacentes ao negócio da empresa Águas do Porto, SA, com exceção para a rede de águas pluviais.

### **8.2.2 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.**

A semelhança do referido anteriormente no ponto 8.2.1, ainda não é possível discriminar detalhadamente todos os bens do imobilizado corpóreo e em curso, que se encontram em qualquer uma destas situações, na medida em que ainda não foi possível concluir, patrimonialmente, o inventário municipal.

### **8.2.3 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar**

Durante o exercício de 2015, foram incorporados no inventário municipal, em Edifícios, Outras Infraestrutura, Terrenos e Recursos Naturais e Bens Móveis, diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder à sua valorização patrimonial. Em termos gerais, a sua incorporação deve-se, fundamentalmente: i) ao registo cadastral dos bens cuja aquisição, por ser demasiada antiga, se desconhecia, ii) doações, iii) ofertas e, iv) cedências gratuitas (no âmbito de alvarás de loteamento). Para os bens discriminados, o seu registo deve-se ao facto de terem sido adquiridos/registados antes do ano de 2001, sem ter sido possível ainda a sua valorização. Todavia, depois de ocorrida a reconciliação patrimonial destes bens, os mesmos serão objeto de avaliação, se a mesma for exequível.

### 8.2.4 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição	Atualizado
Outras Construções	42.286	49.554
Capital Arbóreo	301.353	341.296
Terrenos	4.249.324	5.396.639
Infraestruturas - Rede Águas	329.629	329.629
Outras Infraestruturas	8.063.346	8.537.321
<b>Total</b>	<b>12.985.937</b>	<b>14.654.438</b>

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos realizados nos espaços exteriores dos bairros municipais afetos à habitação social.

### 8.3 – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período

Não foram capitalizados juros resultantes de financiamentos a immobilizações

### 8.10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

Designação	2015	2014
	Mercado Interno	Mercado Interno
Vendas	20.059.288	19.107.929
Prestações de Serviços	43.898.062	42.665.504
<b>Total</b>	<b>63.957.350</b>	<b>61.773.433</b>

## 8.12 – Situações que afetam significativamente os impostos futuros

### Impostos correntes

As empresas municipais são sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% e a taxa de derrama é de 1,5% sobre o lucro tributável.

O Município do Porto e a Fundação Porto Social são isentos de IRC.

### 8.13 – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Entidade	2015				2014			
	Remunerações - Órgão executivo	Remunerações - Órgão Deliberativo	Remunerações - Órgão fiscalização	Número de trabalhadores a 31-12-2015	Remunerações - Órgão executivo	Remunerações - Órgão Deliberativo	Remunerações - Órgão fiscalização	Número de trabalhadores a 31-12-2014
Município do Porto	247.613	67.608	24.600	2.799	248.841	63.714	32.423	2.555
Gestão de Obras Públicas da CMP, E.M.	49.269	0	6.608	21	51.080	0	7.244	19
CMFH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.	97.436	0	11.000	105	104.781	0	10.450	102
CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.	90.233	0	9.697	78	91.742	0	8.906	81
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	95.495	0	14.160	460	100.827	0	13.310	464
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	48.647	0	7.820	22	55.834	0	7.820	27

## 8.17 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Designação	2015	2014
<b>Custos e Perdas</b>		
Juros suportados	1.373.378	2.730.325
Perdas em entidades participadas	375.696	374.061
Amortização de investimentos em imóveis	304	
Provisões para aplicações financeiras / Ajustamentos de provisões financ.	439.399	534.919
Diferenças de câmbio desfavoráveis		56
Descontos de pronto pagamento concedidos	3.934	
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
Outros custos e perdas financeiras	786.968	1.204.220
Resultados financeiros	4.431.842	3.207.495
<b>Total</b>	<b>7.411.521</b>	<b>8.051.076</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Juros obtidos	414.679	776.601
Ganhos em entidades participadas	518.561	743.300
Rendimentos de imóveis	6.427.966	6.531.175
Rendimentos de participações de capital		
Diferenças de câmbio favoráveis		
Descontos de pronto pagamento obtidos	50.315	
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
Outros proveitos e ganhos financ / Reversões e out. prov. ganhos financ.		
<b>Total</b>	<b>7.411.521</b>	<b>8.051.076</b>

O montante de juros suportados é maioritariamente explicado pelos empréstimos contraídos pela entidade mãe, para a construção e reabilitação de infraestruturas no âmbito do EURO 2004 e no âmbito da construção e recuperação de habitações sociais.

Em relação aos proveitos com rendimentos de imóveis por influência da entidade mãe, os montantes referem-se essencialmente à concessão à EDP Distribuição,SA do exercício dos direitos e poderes do Município do Porto na gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A concessão confere ao Município o direito a uma renda e à EDP Distribuição,SA o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais são determinadas por portaria ministerial.

O período de concessão renovou-se em 22 de Dezembro de 2006 e tem a duração de 20 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 o montante do ativo afeto à concessão não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município do Porto.

### 8.18 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Designação	2015	2014
<b>Custos e Perdas</b>		
Transferências de capital concedidas	2.358.403	2.005.905
Donativos	35.817	11.327
Dívidas incobráveis	3.406	
Perdas em existências	64.256	182.750
Perdas em imobilizações	751.114	1.410.723
Multas e penalidades	13.474	4.851.794
Aumentos de amortizações e provisões		
Correções relativas a exercícios anteriores	2.977.801	3.868.004
Outros custos e perdas extraordinárias	21.659	41.786
Resultados extraordinários	22.558.340	19.478.491
<b>Total</b>	<b>28.784.270</b>	<b>31.850.780</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Restituição de impostos		40.735
Recuperação de dívidas	138.208	
Ganhos em existências	64.600	78.866
Ganhos em imobilizações	75.616	1.002.732
Benefícios de penalidades contratuais	776.661	870.058
Reduções de amortizações e de provisões	10.252.713	15.389.973
Correções relativas a exercícios anteriores	5.354.711	3.164.477
Outros proveitos e ganhos extraordinários	12.098.880	11.303.939
Reembolsos e Restituições	22.881	
<b>Total</b>	<b>28.784.270</b>	<b>31.850.780</b>

### 8.19 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria				
Provisões para cobranças duvidosas	27.687.987	3.058.228	(8.539.826)	22.206.389
Provisões para riscos e encargos	46.057.992	17.080.628	(16.106.035)	47.032.585
Provisões para depreciação de existências		17.622		17.622
Provisões para investimentos financeiros	649.482	2.477	(190.135)	461.824
<b>Total</b>	<b>74.395.461</b>	<b>20.158.955</b>	<b>(24.835.996)</b>	<b>69.718.420</b>

Por influencia da entidade mãe ao nível das provisões para riscos e encargos, destaca-se a redução das provisões para processos judiciais em curso e outros riscos e encargos no montante de 14.305.033 euros. Neste particular, destaque para a anulação da provisão

associada ao processo judicial intentado pela EDP Distribuição SA, justificada por via do acordo celebrado com o Município. Por sua vez, assinala-se, nos aumentos, o reforço das provisões para riscos e encargos relacionadas com os processos judiciais em curso no montante de 3.354.599 euros.

De realçar ainda a constituição de uma provisão para outros riscos e encargos no montante de 12.966.764 euros, fundamentada pelo estudo atuarial realizado por um perito independente, que permitiu apurar uma estimativa do valor atual dos encargos do Município com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, em virtude da obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988 (ver nota 9.2).

As reversões de provisões para cobranças duvidosas sofrem a sua maior influência pela empresa Águas do Porto, EM, decorrente da aprovação do processo prescrição de dívidas de clientes que se encontravam em execução fiscal, referentes ao período de 1997 a 2006, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 2 de março de 2015. Esta reversão não teve qualquer impacto em termos de resultado líquido consolidado.

## 8.20 – Bens utilizados em regime de locação financeira - valores contabilísticos

Data do Contrato de Locação	Finalidade	Entidade Credora	Capital em dívida 31/12/2014	Encargo do Ano Amortização	Capital em dívida 31/12/2015
29-07-99	Edifício dos CTT	Caixaleasing	6.244.672	590.140	5.654.531

## 8.21 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>51 Património</b>	921.908.817	44.958.007		966.866.824
Diferenças de Consolidação	1.536.226			1.536.226
<b>55 Ajustamentos de partes de capital em empresas</b>	336.781			336.781
553 Outras variações nos capitais em empresas				
554 Depreciações				
<b>57 Reservas</b>				
571 Reservas legais	9.198.805	676.694		9.875.499
572 Reservas estatutárias	33.427			33.427
574 Reservas livres	121.615			121.615
575 Subsídios	101.456			101.456
576 Doações	10.243.369	96.173		10.339.542
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos	77.068.558			77.068.558
578 Regularizações Entidades Participadas	61.398.495	186.086	666.040	60.918.541
<b>59 Resultados transitados</b>	50.624.850	12.483.375	15.113.162	47.995.063
<b>Total</b>	<b>1.132.572.399</b>	<b>58.400.335</b>	<b>15.779.202</b>	<b>1.175.193.532</b>



A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Por influência da entidade mãe, registou-se um aumento de 44.958.007 euros, que na sua grande maioria se justifica pelo registo de bens, de diversas parcelas de terrenos e prédios municipais que, no momento da sua avaliação, cedência ou venda, não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial, designadamente, pelo acréscimo de 38.785.808 euros, resultantes do reconhecimento patrimonial do valor dos imóveis associados ao memorando de entendimento entre o Estado Português e o Município do Porto, e de 6.172.198 euros justificados, na sua maioria, pela incorporação por avaliação do violoncelo *"Montagnana"* de *"Guilhermina Suggia"* e das parcelas de terreno no gaveto Joaquim Leitão/Mota Pinto e na rua Alfredo Ferreira Faria.

### **Ajustamentos em partes de capital e empresas**

Nesta rubrica encontram-se registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

### **Reservas**

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571- Reservas legais - O aumento diz respeito à aplicação de 5% sobre os resultados líquidos de 2014, por todas as entidades.

576 – Doações – Nesta rubrica, registou-se um incremento de 96.173 euros, por influência da entidade mãe que resulta do protocolo de doação de 14 viaturas de limpeza urbana que, não obstante terem sido inicialmente adquiridas pela LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos Sólidos do Grande Porto, têm estado a ser utilizadas pelo Município do Porto.

### **Resultados transitados**

O movimento ocorrido em 2015 na rubrica de resultados transitados resultou dos seguintes efeitos:

Aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, por cada entidade participada.

No que respeita às regularizações não frequentes e de grande significado, registou-se uma redução face à constituição de uma provisão respeitante a estimativa do valor presente dos

montantes dos encargos do Município com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, em virtude da obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988 e pela contabilização da incorporação do valor das amortizações acumuladas referentes às grandes reparações e beneficiações dos bens imóveis associados ao memorando de entendimento com o Estado Português, no montante de 13.731.213 euros e 1.381.949 euros, respetivamente, na entidade mãe.

A aplicação da homogeneização de critérios, provocou um aumento, na conta de resultados transitados, no montante de 4.958.944 euros, por força dos ajustamentos efetuados no imobilizado corpóreo das empresas incluídas no perímetro de consolidação. A empresa que mais contribuiu neste ajustamento foi a empresa Águas do Porto, EM, tendo em conta a harmonização fiscal efetuada decorrente da correção das amortizações acumuladas do imobilizado.

## 9. Informações diversas

### 9.1 – Outras informações exigidas por diplomas legais

<b>Dívida Bruta Consolidada</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Dívidas a Pagar de curto prazo	30.547.644	41.351.690
Dívidas a Pagar de médio e longo prazo	76.101.955	82.052.323
<b>Total</b>	<b>106.649.599</b>	<b>123.404.013</b>

### 9.2 – Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e do resultado do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

De acordo com o disposto na alínea c), do n.º 2, do artº 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º, da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do

pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários do Município que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, foi realizado um estudo atuarial pela entidade mãe por um perito atuário, autónomo e independente, que teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto, uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo, deste modo, o registo de uma provisão que reflita o seguinte valor atuarial das responsabilidades:

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos:

Estatísticas da População de Ativos	Número Total	Idade			Quota Média em Dívida	Quota em Dívida
		Mínima	Média	Máxima		
<b>Total Ativos:</b>	<b>872</b>	<b>42</b>	<b>56,68</b>	<b>87</b>	<b>594</b>	<b>517.881</b>
Idade menor a 66 anos	829	42	55,99	65	595	493.509
Idade maior ou igual a 66 anos	43	66	70,02	87	567	24.372

Estatísticas da População de Pensionistas	Número Total	Idade			Pensão Média Anual	Total Pensões Anual
		Mínima	Média	Máxima		
<b>Total Pensionistas:</b>	<b>195</b>	<b>34</b>	<b>80,59</b>	<b>101</b>	<b>8.132</b>	<b>1.585.835</b>
Pensionistas DL n.º 503/99	27	34	56,22	66	1.304	35.215
Pensionistas	168	57	84,51	101	9.230	1.550.620

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento, designadamente:

Descrição	Cenário Financiamento
<b>Tabelas:</b>	
Tabelas de Mortalidade Ativos	GRF95_90 100,00%
Tabelas de Mortalidade Pensionistas	TV88_90 100,00%
<b>Taxas:</b>	
Taxa de Desconto Ativos	2,00%
Taxa de Desconto Pensionistas	1,50%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%
<b>Dados Gerais:</b>	
Idade Normal da Reforma	66
Percentagem de Casados	85,00%
Percentagem de Reversibilidade	60,00%
Idade do Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova
Número de Pagamentos do Benefício	14

Por último, em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que contribuíram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2015.

Descrição	Provisões para Riscos e Encargos	Resultados Transitados
<b>Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro de 2015</b>	<b>13.731.213</b>	<b>-13.731.213</b>
Pensionistas	13.313.044	-13.313.044
Ativos	418.169	-418.169
<b>Ajustamentos do exercício</b>	<b>-764.449</b>	
Custos com o pagamento de pensões		
Acerto na estimativa associada aos custos com pensões	-764.449	
<b>Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.966.764</b>	<b>-13.731.213</b>

No âmbito do projeto de otimização de IVA foram emitidos, por parte das empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM, pedidos de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitando a regularização a seu favor do IVA pago em excesso nos anos de 2010 e 2011. Em concreto, estas empresas emitiram notas de crédito no montante de 283.882 euros e 1.456.552 euros, respetivamente, corrigindo/anulando o IVA liquidado em excesso nas faturas inicialmente emitidas, constituindo as mesmas, nesta data, dívida ao Município do Porto. Em virtude da decisão desfavorável do Tribunal Arbitral que julgou a ação improcedente, o Município interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, com fundamento em Oposição de Acórdãos. Consequentemente, foi registada uma provisão pelo montante total dos débitos.

Em 31 de julho de 2015, foi celebrado, entre o Estado Português e o Município do Porto, um memorando de entendimento que pretendeu enquadrar e decidir um conjunto de ações judiciais que se encontravam pendentes com o Estado Português e/ou algumas das empresas por ele detidas, que visava, essencialmente, pôr termo à ação judicial referente à titularidade dos imóveis do perímetro do Aeroporto do Porto, mediante transação judicial ou extrajudicial, através da qual seria reconhecido o direito de propriedade do Estado Português sobre a totalidade dos terrenos situados no perímetro aeroportuário, autorizando e promovendo o Município do Porto o cancelamento dos registos existentes a seu favor e a inscrição a favor do Estado ou de entidade por este designada. Como resultado deste memorando de entendimento, o Estado Português comprometeu-se a proceder ao

pagamento de uma compensação e/ou a assumir a responsabilidade pela dívida financeira do Município do Porto de 35.891.875 euros.

Neste sentido, procedeu-se ao registo contabilístico das seguintes operações decorrentes deste memorando de entendimento, designadamente:

Resumo das operações decorrentes do memorando de entendimento	
<b>Estado Português</b>	<b>28.700.000</b>
Investimento realizado pelo Município na construção de infraestruturas aeroportuárias e aquisição de imóveis	28.700.000
<b>Metro do Porto, SA</b>	<b>-1.984.291</b>
Obras realizadas em bens do domínio público e privado do Município	-4.893.245
Taxas e licenças municipais	654.745
Protocolo Construção Ponte Infante D. Henrique - Expropriação	110.150
Compensação pela receita perdida pelo Município no âmbito da eliminação de um piso no Parque de estacionamento da Trindade	2.144.060
<b>STCP - Sociedade de transportes Coletivos do Porto, SA</b>	<b>9.176.166</b>
Obras realizadas em bens do domínio público do Município	-909.643
Valor contabilístico/mercado dos imóveis em contencioso	10.085.809
	<b>35.891.875</b>

De igual modo, em resultado deste memorando de entendimento, foi necessário espelhar contabilisticamente, na esfera do Município, as seguintes alterações patrimoniais:

Descrição	Valor de aquisição / avaliação	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício
<b>Incorporação por inventariação ao nível do balanço inicial</b>	<b>38.785.809</b>		
Parcelas de terreno situadas no perímetro do Aeroporto do Porto	28.700.000		
Parcelas de terreno incorporadas nos STCP por força da sua constituição em sociedade anónima	10.085.809		
<b>Grandes reparações e beneficiações</b>	<b>4.677.704</b>	<b>1.381.948</b>	<b>230.907</b>
Remoção da via férrea do Castelo do Queijo	909.643	454.821	45.482
Reparação da linha da Boavista e recuperação do jardim no campo 24 de agosto	3.768.061	927.127	185.424
<b>Transferências e abates</b>	<b>-38.785.809</b>		
Parcelas de terreno situadas no perímetro do Aeroporto do Porto	-28.700.000		
Parcelas de terreno incorporadas nos STCP por força da sua constituição em sociedade anónima	-10.085.809		
	<b>4.677.704</b>	<b>1.381.948</b>	<b>230.907</b>

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2015



Certificação Legal de Contas





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município do Porto**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.579.333.039 euros e um total de fundos próprios de 1.193.038.810 euros, incluindo um resultado líquido de 17.845.278 euros), a Demonstração consolidada dos resultados e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo explicativo, incluindo, nomeadamente os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos Conselhos de Administração das entidades incluídas na consolidação e pelo Órgão Executivo do Município do Porto, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Reserva

- 7 No âmbito do processo em curso de inventariação e valorização do seu imobilizado, e apesar dos esforços que têm sido desenvolvidos pelo Município do Porto e pela CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, à semelhança do verificado em anos anteriores, continua a não ser possível executar os procedimentos que consideramos adequados no tocante à inventariação e valorização dos bens que incorporam as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público. A fase de acabamento em que o processo de análise se encontra não nos permite avaliar o impacto que a conclusão do mesmo originaria nas demonstrações financeiras consolidadas do Município do Porto com referência a 31 de Dezembro de 2015 e, conseqüentemente, concluir sobre a razoabilidade dos saldos evidenciados nas contas bens de domínio público, imobilizações corpóreas, amortizações do exercício e acumuladas, património, subsídios, doações, resultados transitados e o impacto em impostos diferidos pelo efeito fiscal sobre a homogeneização da política contabilística das depreciações que o Município do Porto optou por não lançar, bem como dos montantes de 131.729.132 euros (2014: 136.548.364 euros), 472.877 euros (2014: 39.401 euros) e 50.353 euros (2014: 982.461 euros), incluídos nas contas proveitos diferidos, custos e perdas extraordinários, proveitos e ganhos extraordinários (pelo reconhecimento da quota parte dos subsídios ao investimento, abates e vendas de imobilizações), respectivamente, bem como sobre os valores evidenciados nas notas 8.2, 8.18 e 8.21 do Anexo.

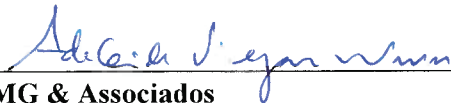
### Opinião com uma reserva

- 8 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários efectuar caso não existisse a limitação referida no parágrafo n.º 7 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município do Porto** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

## Ênfase

- 9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto da Certificação Legal das Contas Consolidadas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 incluir uma limitação de âmbito sobre as responsabilidades do Município do Porto com o pagamento de parte das pensões de funcionários e ex-funcionários subscritores da Caixa Geral de Aposentações na correspondência do período de serviço compreendido entre 1 de Janeiro de 1973 e 31 de Dezembro de 1988. Conforme referido nas notas 2.1 e 9.2 do Anexo, e de forma a solucionar esta situação, o Município do Porto obteve em 2016 um estudo actuarial, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015, com recurso a um perito independente, tendo reconhecido uma provisão de 12.966.764 euros referente às responsabilidades apuradas a 31 de Dezembro de 2015 por contrapartida de resultados transitados (13.731.213 euros), correspondente às responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2014, e resultados do exercício (proveito de 764.449 euros).

Porto, 3 de Junho de 2016



---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862)



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2015



Anexos



CMP	Exercício:		31-dez-15					
Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público								
14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer (CML)	Emp. 5 ADP	Emp. 6 Fundação Porto Social	
<b>Obrigações / Pagamentos</b>								
<b>Saldo inicial</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	959	-	-	-	-	959	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo inicial</b>	<b>959</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>959</b>	<b>-</b>	
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	4.787.376	-	1.120.000	712.533	2.610.596	-	344.247	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	17.808.616	-	6.194.005	8.332.287	2.177.776	1.104.549	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	269.563	-	-	-	-	269.107	456	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>22.865.555</b>	<b>-</b>	<b>7.314.005</b>	<b>9.044.820</b>	<b>4.788.372</b>	<b>1.373.656</b>	<b>344.703</b>	
<b>Anulações no exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	824.803	-	273.374	458.505	-	92.924	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Anulações no exercício</b>	<b>824.803</b>	<b>-</b>	<b>273.374</b>	<b>458.505</b>	<b>-</b>	<b>92.924</b>	<b>-</b>	
<b>Pagamentos do exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	4.787.376	-	1.120.000	712.533	2.610.596	-	344.247	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	16.981.694	-	5.920.631	7.873.781	2.177.776	1.009.506	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	269.563	-	-	-	-	269.107	456	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>22.038.633</b>	<b>-</b>	<b>7.040.631</b>	<b>8.586.314</b>	<b>4.788.372</b>	<b>1.278.613</b>	<b>344.703</b>	
<b>Saldo final</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	3.078	-	-	-	-	3.078	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo final</b>	<b>3.078</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.078</b>	<b>-</b>	
<b>Direitos / Recebimentos</b>								
<b>Saldo inicial</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	2.259.392	-	283.883	1.556.552	205	418.195	556	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.259.392</b>	<b>-</b>	<b>283.883</b>	<b>1.556.552</b>	<b>205</b>	<b>418.195</b>	<b>556</b>	
<b>Direitos constituídos no exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	1.423.167	-	6.122	485.384	29.448	899.089	3.124	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>1.423.167</b>	<b>-</b>	<b>6.122</b>	<b>485.384</b>	<b>29.448</b>	<b>899.089</b>	<b>3.124</b>	
<b>Anulações do exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	2.103	-	-	-	2.103	-	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Anulações do exercício</b>	<b>2.103</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.103</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Recebimentos do exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	1.295.820	-	6.122	25.384	27.550	1.233.499	3.266	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>1.295.820</b>	<b>-</b>	<b>6.122</b>	<b>25.384</b>	<b>27.550</b>	<b>1.233.499</b>	<b>3.266</b>	
<b>Saldo final</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	2.384.635	-	283.883	2.016.552	-	83.786	414	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo final</b>	<b>2.384.635</b>	<b>-</b>	<b>283.883</b>	<b>2.016.552</b>	<b>-</b>	<b>83.786</b>	<b>414</b>	

14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público	Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público						
	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	105.875	6.122	-	94.574	-	5.179	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>105.875</b>	<b>6.122</b>	<b>-</b>	<b>94.574</b>	<b>-</b>	<b>5.179</b>	<b>-</b>
<b>Anulações no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações no exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Pagamentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	105.875	6.122	-	94.574	-	5.179	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>105.875</b>	<b>6.122</b>	<b>-</b>	<b>94.574</b>	<b>-</b>	<b>5.179</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Direitos / Recebimentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	(217.697)	(217.697)	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	(40.851)	(66.186)	-	10.186	-	15.149	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>(258.548)</b>	<b>(283.883)</b>	<b>-</b>	<b>10.186</b>	<b>-</b>	<b>15.149</b>	<b>-</b>
<b>Direitos constituídos no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	1.120.000	1.120.000	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	6.804.851	6.194.005	-	541.795	-	69.051	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>7.924.851</b>	<b>7.314.005</b>	<b>-</b>	<b>541.795</b>	<b>-</b>	<b>69.051</b>	<b>-</b>
<b>Anulações do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	349.305	273.374	-	73.513	-	2.418	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>	<b>349.305</b>	<b>273.374</b>	<b>-</b>	<b>73.513</b>	<b>-</b>	<b>2.418</b>	<b>-</b>
<b>Recebimentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	1.120.000	1.120.000	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	6.456.136	5.920.631	-	478.468	-	57.037	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>7.576.136</b>	<b>7.040.631</b>	<b>-</b>	<b>478.468</b>	<b>-</b>	<b>57.037</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	(217.697)	(217.697)	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	(41.441)	(66.186)	-	-	-	24.745	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(259.138)</b>	<b>(283.883)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.745</b>	<b>-</b>



Grupo CMP	Exercício:		31-dez-15					
Domus Social								
Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público								
14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social	
<b>Obrigações / Pagamentos</b>								
<b>Saldo inicial</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	12.735,18	-	10.185,88	-	-	2.549,30	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo inicial</b>	<b>12.735,18</b>	<b>-</b>	<b>10.185,88</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.549,30</b>	<b>-</b>	
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	577.845,65	25.383,53	530.775,41	-	-	21.686,71	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>577.845,65</b>	<b>25.383,53</b>	<b>530.775,41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.686,71</b>	<b>-</b>	
<b>Anulações no exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	62.627,60	75,25	62.493,48	-	-	58,87	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Anulações no exercício</b>	<b>62.627,60</b>	<b>75,25</b>	<b>62.493,48</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58,87</b>	<b>-</b>	
<b>Pagamentos do exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	527.953,23	25.308,28	478.467,81	-	-	24.177,14	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>527.953,23</b>	<b>25.308,28</b>	<b>478.467,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.177,14</b>	<b>-</b>	
<b>Saldo final</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Direitos / Recebimentos</b>								
<b>Saldo inicial</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	(1.556.552,31)	(1.556.552,31)	-	-	-	-	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.556.552,31)</b>	<b>(1.556.552,31)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Direitos constituídos no exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	712.533,00	712.533,00	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	8.501.156,68	8.393.548,88	99.515,18	-	2.051,60	261,25	5.779,77	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>9.213.689,68</b>	<b>9.106.081,88</b>	<b>99.515,18</b>	<b>-</b>	<b>2.051,60</b>	<b>261,25</b>	<b>5.779,77</b>	
<b>Anulações do exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	460.000,00	460.000,00	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	524.784,17	519.842,89	4.941,28	-	-	-	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Anulações do exercício</b>	<b>984.784,17</b>	<b>979.842,89</b>	<b>4.941,28</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Recebimentos do exercício</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	712.533,00	712.533,00	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	7.976.372,50	7.873.705,98	94.573,90	-	2.051,60	261,25	5.779,77	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>8.688.905,50</b>	<b>8.586.238,98</b>	<b>94.573,90</b>	<b>-</b>	<b>2.051,60</b>	<b>261,25</b>	<b>5.779,77</b>	
<b>Saldo final</b>								
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios	(460.000,00)	(460.000,00)	-	-	-	-	-	
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Relações comerciais	(1.556.552,30)	(1.556.552,30)	-	-	-	-	-	
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-	
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo final</b>	<b>(2.016.552,30)</b>	<b>(2.016.552,30)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público	Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público						
	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	13.151	2.018	-	-	-	11.133	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>13.151</b>	<b>2.018</b>	-	-	-	<b>11.133</b>	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	117.140	29.430	-	2.052	-	85.658	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>117.140</b>	<b>29.430</b>	-	<b>2.052</b>	-	<b>85.658</b>	-
<b>Anulações no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	11.493	3.898	-	-	-	7.595	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações no exercício</b>	<b>11.493</b>	<b>3.898</b>	-	-	-	<b>7.595</b>	-
<b>Pagamentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	118.293	27.550	-	2.052	-	88.691	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>118.293</b>	<b>27.550</b>	-	<b>2.052</b>	-	<b>88.691</b>	-
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	505	-	-	-	-	505	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>505</b>	-	-	-	-	<b>505</b>	-
<b>Direitos / Recebimentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	2.610.596	2.610.596	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.177.776	2.177.776	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>4.788.372</b>	<b>4.788.372</b>	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	73.411	73.411	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>	<b>73.411</b>	<b>73.411</b>	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	2.610.596	2.610.596	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.104.365	2.104.365	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>4.714.961</b>	<b>4.714.961</b>	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	-	-	-	-	-	-	-

Grupo CMP Exercício: 31-dez-15

AdP

Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público						
14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>						
<b>Saldo inicial</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	21.683	7.183	14.500	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	2.415.863	2.415.214	649	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.437.546</b>	<b>2.422.397</b>	<b>15.149</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	525.184	458.289	66.633	261	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	9.399.683	9.399.683	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>9.924.866</b>	<b>9.857.972</b>	<b>66.633</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Anulações no exercício</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	569	-	569	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações no exercício</b>	<b>569</b>	<b>-</b>	<b>569</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Pagamentos do exercício</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	437.968	381.319	56.388	261	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	9.557.788	9.557.139	649	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>9.995.756</b>	<b>9.938.457</b>	<b>57.037</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	108.329	84.154	24.176	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	2.257.759	2.257.759	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>2.366.088</b>	<b>2.341.912</b>	<b>24.176</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Direitos / Recebimentos</b>						
<b>Saldo inicial</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	30.930	25.140	-	1.874	3.917	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>30.930</b>	<b>25.140</b>	<b>-</b>	<b>1.874</b>	<b>3.917</b>	<b>-</b>
<b>Direitos constituídos no exercício</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.092.953	980.165	5.179	21.687	85.409	513
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>1.092.953</b>	<b>980.165</b>	<b>5.179</b>	<b>21.687</b>	<b>85.409</b>	<b>513</b>
<b>Anulações do exercício</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	59	-	-	59	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Recebimentos do exercício</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.111.072	993.107	5.179	23.453	88.821	513
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>1.111.072</b>	<b>993.107</b>	<b>5.179</b>	<b>23.453</b>	<b>88.821</b>	<b>513</b>
<b>Saldo final</b>						
Transferências	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	12.752	12.198	-	49	505	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>12.752</b>	<b>12.198</b>	<b>-</b>	<b>49</b>	<b>505</b>	<b>-</b>

